

Reseñas

Recensões

Caetano W. Galindo, *Latim em pó. Um passeio pela formação do nosso português*, São Paulo, Companhia das Letras, 2022, 227 pp.

Guillermo Vidal Fonseca
Universidad de Extremadura
gvidalfonseca@unex.es
orcid.org/0000-0003-3494-3405

Como se formam e evoluem as línguas? No caso concreto do português que duzentos milhões de brasileiros falam, como é que se formou, que elementos e falas influenciaram nele, como evoluiu e deu no que hoje em dia as pessoas falam na rua, no boteco, na mídia? Uma pergunta que a escola responde de jeito muito básico para discentes (*o português procede do latim*) mas que esconde muitos matizes, segredos, curiosidades e certezas que rara vez o povo que usa a língua no dia-a-dia chega a conhecer. *Latim em pó. Um passeio pela formação do nosso português* é uma obra breve, didática, leve e com uma linguagem simples cuja finalidade é, precisamente, veicular esses conhecimentos para o público de além da linguística, universalizando o conhecimento científico dessa disciplina afastando-se do tom acadêmico.

Dividida em 19 capítulos relativamente breves e com títulos breves e intuitivos – e 2 finais com agradecimentos e recomendação de leituras –, a obra repassa cronologicamente todas as circunstâncias que criaram o português hoje falado no Brasil. Para tal, o autor dedica os primeiros a fazer refletir o leitor/a sobre como os humanos falamos e expressamos as coisas, sobre a relação entre falantes de diferentes línguas e o próprio conceito de língua e sobre como a linguística histórica conseguiu decifrar a formação e evolução de línguas emparentadas entre si permitindo-nos saber o que falamos e de onde procede. Nessas páginas, aparecem divulgadas noções básicas da linguística que raramente o utente comum da língua conhece: o entendimento entre humanos de diferentes famílias linguísticas antes da imposição de *línguas internacionais*; a noção política e popular, não científica, da língua; o que isso tem a ver com o fato dos utentes de português brasileiro sentirem dificuldades para compreender português de Portugal ou de outras latitudes; e, ainda mais básico, o fato de como cada *erro linguístico* é o motor básico de mudanças linguísticas e o que permitiu e permite a diversidade de línguas no mundo no presente e através da história. O autor dedica vários trechos a divulgar o que a Linguística acha desses *erros*, assim considerados pela escola e pelo sentir dos falantes, demonizados por professorado de etapas educacionais iniciais por se afastarem de um ideal de língua *correto*. Para tanto, lembra já o *Appendix Probi* no mesmo latim clássico para trasladar que esse fenômeno

sociolinguístico tem milênios de existência e explica a relação entre língua e classe social, usos formais e coloquiais e língua popular e culta. O intuito último é que o leitor deixe de considerar *erros* o que são desvios populares da norma culta, criações do povo sem as quais o português brasileiro, assim como o resto de variedades linguísticas, nunca teria chegado a existir.

O percurso histórico sobre a aparição do português começa com o indo-europeu. De jeito muito pedagógico o autor explica como os pesquisadores deram com essa língua ou tronco de línguas através do estudo das similitudes entre latim, grego, sânscrito e outras línguas clássicas. Ela pode ser considerada o primórdio do que hoje é conhecido como português, mas deixando claro que outras culturas e povos que habitavam diferentes regiões desde antes da existência desse tronco linguístico deixaram também a sua sutil pegada. Em seguida, chega o latim: aquele grupo de variedades indo-europeias foi se dividindo aos poucos, sendo que uma dessas línguas resultantes e que se situava no centro da península Itálica foi a que depois se expandiu com o império romano e se propagou por boa parte da Europa. O autor aproveita aqui para transmitir um ensino que rara vez é conhecido fora do campo da linguística: do mesmo jeito que percebemos diferença entre a língua que brasileiros falam coloquialmente e a que escutam na mídia, no latim existia a mesma diferença, e se chamam latim vulgar e latim clássico. E do mesmo jeito que acostumamos achar errado o que falamos na rua e correto o que fala a mídia, assim acontecia também entre os falantes de latim e aquele latim escrito dos escritores clássicos. Mas a chave é que foi aquele vulgar e menos prestigiado o que evoluiu para outras línguas existentes hoje do mesmo jeito que será o português brasileiro falado pelo povo o que seguirá evoluindo para outras variedades futuras. A introdução desse conceito, ao meu ver, é muito relevante para aproximar ao povo não conhecedor da linguística, leitoras/es do livro, a ideia de desmitificar as variedades prestigiadas e de valorizar e nos orgulhar da língua popular e coloquial que falamos diariamente.

O relato continua com a chegada daquele latim popular ao território da *Gallaecia* histórica. Existiam povos oriundos daquele território antes da invasão romana e cujas variedades linguísticas terminaram sumindo com o triunfo do latim, mas deixando pegada no próprio latim que foi para essa região e moldando-o. Como indica o autor, esse evento é outra das chaves que determina as primeiras diferenças entre o latim moldado que foi sendo adotado por diferentes regiões da Europa e que os acabará separando em diferentes línguas latinas. E é por isso que uma língua latina como o português diz *carvalho* enquanto o espanhol diz *roble*. Quando, mais tarde, o império cai, diferentes povos europeus germânicos, falantes de diferentes variedades

linguísticas, fundam reinos, também no território da antiga *Gallaecia*, e dão mais uma empurrada para a separação das novas variedades latinas.

Interessante é como, nesse ponto, o autor não esquece o galego e a separação política entre a *Gallaecia* do norte e a do sul do rio Minho como outro dos eventos que determinou o rumo do português que, séculos depois, falaria a população brasileira atual. Nesse sentido, Caetano Galindo segue a estela, não muito comum ainda hoje em dia no Brasil, de outros autores (Bagno, Faraco) que puseram a Galiza e o galego no mapa como atores chave no surgimento da língua portuguesa, evitando no repasso histórico categorizações como *português arcaico*, utilizado tradicionalmente no ensino histórico sobre a língua.

Apesar da tradicional linha temporária vertical com que se acostuma explicar o surgimento e desaparecimento de línguas e que também se descreve no livro, o autor tenta matizá-la ao longo de toda a obra salientando a importância dos eventos transversais ou *laterais* na progressiva separação de variedades em outras novas e diferentes. Daí palavras como *fetiche*, que no português era *feitiço*, passou para o francês adaptado foneticamente como *fetiche* e assim voltou para o português com novas propriedades semânticas. Do mesmo jeito é encarada a influência árabe no português, matizando o autor a procedência através de outras línguas ou variedades –não direta– de muitas vozes, para além de incorporações tardias não acontecidas durante a Idade Média europeia. O que implica uma visão diferente para o leitor, talvez acostumado a enxergar o árabe como superestrato do português através do ensino tradicional sobre a língua.

É a partir das datas que acompanham a chegada dos invasores europeus ao Brasil que a situação se torna mais interessante para terminar delimitando o que hoje conhecemos como português brasileiro. A primeira controvérsia tem a ver com a antiguidade do povoamento –e, portanto, das línguas existentes– pré-colombiano no continente sul-americano, ao parecer, segundo recentes indícios, bem mais antigo do que o tradicionalmente atribuído. Um segundo ponto de discussão engloba o surgimento e caracterização das línguas gerais brasileiras: para o autor, longe de se tratar de línguas crioulas, foram línguas indígenas alteradas por um *superestrato* português numa cena sociolinguística em que a língua dos colonizados venceu a dos colonizadores até que a pressão da coroa portuguesa e a nova realidade socioeconômica desde meados do século XVIII fizeram capotar a situação em favor do português. Finalmente, com o papel jogado pelas línguas africanas na caracterização definitiva do português brasileiro, chega uma das frases mais importantes, ao me ver, da obra: "aquela narrativa-padrão segundo a qual não houve conflitos em nossa formação linguística, que dizia que o português se

instalou no Brasil e foi apenas "influenciado" pelas línguas dos povos originários e escravizados já se provou inadequada" (p. 164). Aqui o autor estabelece uma linguagem solidária com os escravizados na época do Brasil colônia que, ao meu ver, resulta útil para se distanciar do discurso eurocêntrico que impregna muitas vezes o relato sobre as influências africanas e indígenas nas línguas europeias que se impuseram no continente americano.

Mas é no capítulo chamado *Pretouguês* (pp. 174-182) e seguintes onde a análise e o ponto de vista mais desprovido de complexos se juntam para explicar por que o português hoje falado no Brasil tomou tanta diferença do europeu. Até o século XV, toda a análise do percurso da formação do português é comum para o atual *brasileiro* e o atual europeu. Depois dessa data começam as divergências já mencionadas, mas esse capítulo encerra talvez –ou, do meu ponto de vista, com certeza– o fato fundamental ou mais relevante daquela diferenciação: a proposta de que o português no Brasil virou *pretouguês* porque os pretos eram maioria da população e como escravizados só foram aprender o idioma de adultos, o que impediria eles atingirem um nível nativo de português, passando para descendentes e outras pessoas esse português carregado de interferências bantas e de outras variedades africanas: daí a conjugação simplificada (*eles fala*) ou a pronúncia apoiada em vogais (*rítimo*), dentre outros muitos traços que hoje continuam sendo comuns no português brasileiro popular e que o afastam do português europeu.

Definitivamente, *Latim em pó* merece ser lida: pela narrativa simples, próxima para qualquer leitor/a; pelo seu tom próximo, às vezes quase próprio da língua oral, dando à linguística um matiz atraente e motivador; pela sua clareza e ordem, fundamentais para analisar o percurso milenário de uma variedade linguística até o dia de hoje; e pelo seu nada disfarçado posicionamento contrário perante preconceitos de classe, raciais e ao mesmo tempo linguísticos, que ainda influenciam todos os dias o jeito de falar das pessoas e que têm influenciado os caminhos da história interna do idioma português durante séculos até hoje. Expondo-os, o autor não apenas faz justiça contra as formas de opressão históricas padecidas por pessoas e comunidades linguísticas, mas persuade também o leitor/a a se orgulhar da variedade de português popular que fala no cotidiano, a não achar erro ou incorreção quase cada palavra ou pronúncia que profere. Na minha opinião, uma tarefa ainda muito pendente de ser feita pela linguística como disciplina em inúmeras línguas do mundo. A obra consegue analisar historicamente a formação do português passo por passo sem esquecer fazer as leitoras/es partícipes orgulhados do processo, o que por si próprio já devemos considerar um sucesso em obras desse tipo.

Carlos J. F. Jorge, *Ferreira de Castro: A Violência da Natureza e dos confrontos sociais*, Centro de Estudos Ferreira de Castro, 2025, 208 pp.

Cristiana M. Oliveira¹
 Universidade de Évora – CIDEHUS
 cristiana.oliveira@uevora.pt
 orcid.org/0000-0002-1165-0741

Em setembro de 2025 foi publicado o primeiro livro da coleção de ensaios do Centro de Estudos de Ferreira de Castro que visa reunir, em volume, artigos dispersos de autores que se debruçam sobre Ferreira de Castro, facilitando assim a consulta. O primeiro autor escolhido foi Carlos J. F. Jorge, Professor Emérito da Universidade de Évora, e “um castriano em Évora” (Carlos Castro, Direcção CEFC), falecido em 2024. Além da homenagem que o Centro de Estudos pretende prestar ao autor com este livro, há também uma intenção de extravasar pensamentos dominantes e lugares-comuns no campo literário e não só. O trabalho de paginação e fotografia é de Nuno Marques Mendes, e a apresentação e as notas de rodapé são da responsabilidade de Ricardo António Alves (Conselho Editorial CEFC) que será, por sua vez, o segundo autor escolhido.

O livro está dividido em oito partes (apresentação, seis ensaios, bibliografia), intercaladas com sete fotos a preto e branco. A escolha das tonalidades acromáticas e dos elementos naturais remetem para a paisagem de uma *aldeia nativa* – o mineral, o rupestre, o etéreo – e evocam contextos sociais duros e difíceis, marcados pela ação violenta da natureza e do homem. Ademais deste diálogo explícito, existem outros implícitos e simultâneos, entre a imagem e o texto, nos seguintes aspetos: a paixão pelas árvores de Ferreira de Castro; a visão ‘selvagem’, isto é, de espírito intelectualmente livre do autor que contém “um pensamento estruturado que age por si próprio” (p.16); e as relações literárias e artísticas, plasmadas nas referências à antropologia, à pintura, ao cinema contemporâneo, à banda desenhada, entre outros.

A apresentação do livro intitula-se de “Quando o estudo se impõe”. Título que, por si só, perfilha a estética dos contrastes pictóricos e textuais, presentes neste livro-objeto. Ricardo António Alves contextualiza a origem da estima intelectual, e expõe com grande poder de síntese quem foi este docente da Universidade de Évora, como ensaísta e como castriano. A sua “[...] mundivivência, quando sólida, desde que transparente e não dissimulada, dão

¹ Este trabalho de investigação foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento com referência 2024.00278.BDANA.

consistência à leitura ensaística [...] “(p.16), e permitiu-lhe ver mais além, quando poucos o faziam, tendo escrito sobre “narrador” e “personagem”, e sobre o papel da descrição na obra ficcional castriana. Isto desembocou numa abordagem comparatista e criteriosa do tempo e do espaço nos romances de formação, e da literatura de viagens do autor de *A Selva*.

O primeiro ensaio chama-se “Apresentação de uma obra prosélita: Breve nota de enquadramento histórico-literário de Ferreira de Castro” que nos descreve uma obra pulsante que é, por sua vez, a expressão máxima do escritor: “Assim, não seria a vida e a existência social que explicariam a obra, como queria um certo biografismo tradicional, mais conformista, mas seria, antes, a obra, o fazer da obra, a luta pela obra, que ajudaria a explicar o homem.” (p.23). O fazer da obra e a luta pela obra sugerem uma inversão da perspetiva tradicional, e desafiam qualquer biografia. A linha transversal, que atravessa esta breve nota, é o modo inovador de Castro não só nas correntes estético-literárias portuguesas e europeias, bem como no reconhecimento ontológico da humanidade.

O segundo ensaio “Lugares do Idílio e Espaços do Exílio nos primeiros romances de Ferreira de Castro” assinala a notabilidade e o modernismo da funcionalidade descritiva em Castro. O ensaísta sugere uma reavaliação da obra castriana, sob a égide de princípios naturalistas e modernistas, questionando a problemática do cânone: “[...] talvez não tenha havido apenas um modernismo, mas vários [...]” (p.63).

Avançamos para o terceiro ensaio “Espaços de Ruptura e Lugares de Comunhão: Encontros com o Outro e Descentramentos do Eu nas “Selvas” Ficcionais de Ferreira de Castro”. Logo aqui percebemos a multiplicação dos espaços e o desdobramento do *Eu* através de movimentos de rutura que descentram o indivíduo, e encontram o *Outro*. Ambos são indicadores do modernismo, caracterizado pelo corte radical com o tradicionalismo estético, e pela busca incessante de novas formas de expressão. A referência ao *O Instinto Supremo* pela representação despojada da paisagem amazónica contrasta com a exuberância das representações descritivas de *A Selva*, e com as representações dos espaços sertanejos em *Emigrantes*. A partir desta diferença, o ensaísta enuncia o discurso do narrador não só como um mero quadro representativo do cenário e da ação, mas também como um delineamento preciso dos locais e das sequências dramáticas. A análise ensaística não circunscrita é uma mais-valia para percebermos como o autor literário se relaciona com outras disciplinas das ciências sociais e humanas, e Carlos J. F. Jorge fá-lo na conclusão deste ensaio, atenuando possíveis tensões: “A antropologia de Nimuendaju assenta na afirmação da necessidade da «História» e do «Progresso».” (p.94).

Avançando agora para o quarto ensaio “A descrição como referência poética e documentário n’ *A Selva* de Ferreira de Castro”, o ensaísta estabelece duas âncoras para o descritivo do romance – a *ecphrasis* e a *enargia*. Duas designações que esmiúçam o saber etimológico até à técnica de matizar e dominar os cambiantes que a descrição oferece na criação ficcional e poética. Desta guisa, a análise minuciosa de Carlos J. F. Jorge dá-nos acesso ao *interior da selva* e ao variado universo social, cuja modalidade própria do tempo é o efémero: “[...] toda a perspectiva é a de uma *chegada*, ou uma *partida*, nunca é a da *permanência*.” (p.108). O carácter transitório e impermanente da ação agita o olhar do protagonista e aviva a descrição. Existe um permanente encontro do olhar com as paisagens exteriores e interiores, e a *demarcação alargada* das situações pontua as relações do sujeito do olhar com a alteridade e com o cronótopo da mesma; afirmação sustentada pelo suporte teórico-filosófico de Bakhtine: “o cronótopo do limiar é o cronótopo da *crise*, da *mudança de uma vida*.” (p.109). Novamente, a funcionalidade da descrição extrapola os limites da literatura, e alia-se a outras áreas que não a literária, expandindo as vias de interpretação.

O penúltimo e quinto ensaio “*Perigeias*: Um humanismo planetário entre as duas guerras – Algumas problemáticas histórico-literárias em torno de *La Vuelta al Mundo de un Novelista* (1924) de Blasco Ibáñez e *A Volta ao Mundo* (1940-1944) de Ferreira de Castro” lança o mote de dois escritores ibéricos terem publicado um relato de viagem. O facto do percurso e título serem bastante similares poderia torna-se uma repetição e/ou redundância, especialmente para Castro que publicou vinte anos depois de Blasco, aquando do auge da sua difusão em Portugal. Segue-se então o aprofundamento das questões que estes textos coincidentes levantam, em vez da prolongação da simplificação da história literária que apagou um conjunto de autores. A ver do ensaísta, o ponto de partida das duas *perigeias* ibéricas é igualmente humanista, guiada pelo historicismo positivista latente, e pelos valores da civilização ocidental. A visão unitária da humanidade tem roupagens distintas em ambos os escritores, mas a visão do Outro *semelhante* é completamente integradora das diferenças culturais: “O que surge, de modo inovador como proposta humanista, é o ser diferente nos seus fundamentos culturais, mas idêntico na sua valorização ontológica.” (p.144). Esta visão comum procura a unidade na humanidade, independentemente das diferenças, e enfatiza a componente antropológica, tornando estes dois viajantes peninsulares em antropólogos modernos, conceção da crítica literária de Pierre Campion.

O último e sexto ensaio “A selva amazónica em Ferreira de Castro e outros Amazonas: Um rio entre os rios e o caudal dos mitos (*Notas para uma investigação em curso*)” torna proeminente o tópico do rio, desde as origens

hebraicas, clássicas, greco-romanas ao renascentismo humanista; e a expressão temática e simbólica no imaginário fluvial de *A Selva*. Esta primeira parte do ensaio pretende introduzir um mapa informativo das configurações do rio ao longo dos séculos XIX e XX, diagnosticando relatos de descoberta das novidades do mundo, e relatos diarísticos e documentais. A segunda parte rebusca o cronótopo do limiar e da crise de Bakhtine para falar sobre a demarcação de universos, e sobre a estrutura do limiar no quadro de sugestões narrativas e de relatos literários. Esta estrutura temática encontra-se ligada ao romance de aprendizagem e, intrinsecamente, ao processo descritivo. A impermanência entre chegar e partir marca o compasso da inconstância da personagem, sitiada *entre mundos*, e suspensa entre realidades, sem se identificar plenamente com nenhuma delas. O emigrante não assimila nem se deixa assimilar, e o imaginário e o visível exercem forças opostas, porém magnetizantes. A terceira e última parte explora a possibilidade de existir uma epistemologia dos *mundos possíveis*, onde o universo da nossa *realidade* possa coexistir com os *universos da ficção*, e possa potenciar contextos empíricos verdadeiros, consensuais e comunitários. Para credibilizar o espaço que um lugar inexplorado e distante pode ocupar numa narrativa, há uma interpelação das *Geografias Imaginárias* (1991) de Pierre Jourde, e dos “índios invisíveis” da *Floresta Esmeralda* (1985) de Boorman. Também *A Selva* de Castro é real e fantástica: “E não é disso que se trata, quase sempre, nesta obra de Ferreira de Castro, a *presença* obsidiante do *invisível*, sob a forma de ameaça do ataque dos índios?” (p.189).

Definitivamente, estamos perante uma coleção de ensaios singular pelo rigor analítico e pela seriedade intelectual, que todos estes textos comportam.

Fernanda Pereira Mendes (org.), *Dante e Portugal. Presenças lusas e andaluzas na Divina Comédia*. Porto, Associazione Socio-Culturale Italiana del Portogallo Dante Alighieri, 2021, 220 pp.

Pedro Álvarez-Cifuentes
 Universidad de Oviedo
 alvarezcpedro@uniovi.es
 orcid.org/0000-0003-0317-691X

Entre as numerosas publicações que resultaram das comemorações do sétimo centenário da morte de Dante Alighieri, assinalado em 2021, tanto em Itália como no estrangeiro, não deve passar despercebido um interessante volume que se insere numa linha de investigação que, nas últimas décadas, tem procurado ampliar os limites tradicionais dos estudos dantescos. Trata-se de *Dante em Portugal. Presenças lusas e andaluzas na Divina Comédia* (2021), organizado por Fernanda Pereira Mendes (Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade - Instituto de Filosofia da Universidade do Porto / Universidade de São Paulo), que deriva do colóquio internacional “Presenças lusas e ibero-islâmicas na obra de Dante”, promovido pela Associazione Socio-Culturale Italiana del Portogallo Dante Alighieri (ASCIPDA), na cidade do Porto, em 2017. A coletânea coloca em diálogo a literatura italiana com os contextos culturais português e ibero-islâmico e parte de uma premissa fundamental: a Europa medieval foi um espaço de intensos intercâmbios culturais, linguísticos e religiosos, e a Península Ibérica desempenhou um papel central na transmissão de saberes entre o Oriente e o Ocidente. A iniciativa merece ser saudada com entusiasmo, na medida em que orienta a atenção nos estudos comparatistas luso-italianos, tradicionalmente impulsionados pelo professor José da Costa Miranda e continuados por investigadores como Graça Moura, Rita Marnoto, Isabel Almeida e Ana Beatriz Andrade e por trabalhos como *Estudos Dantescos. Tradução e recepção da obra de Dante em Portugal e no Mundo*, editado por Daniela di Pasquale e Tiago Guerreiro da Silva em 2014.

Após o prefácio (9-10) de Alessandro Masi, Secretário-Geral da Società Dante Alighieri, e a introdução (11-23), completa e rigorosa, da responsabilidade da organizadora do volume, Fernanda Pereira Mendes, *Dante e Portugal* apresenta uma estrutura bipartida, assente em duas secções claramente diferenciadas, embora concebidas de forma complementar. A primeira parte do livro consiste numa série de ensaios que examinam a influência das narrativas escatológicas islâmicas na formação do imaginário do poeta florentino, retomando um dos debates mais duradouros e

controversos da crítica dantesca moderna, que, no entanto, nem sempre foi abordado em língua portuguesa. Os autores revisitam as teses avançadas por Miguel Asín Palacios na sua obra clássica *La escatología musulmana en la Divina Comedia* (1919), complementada depois por *Il Libro della Scala e la questione delle fonti arabo-spagnole della Divina Commedia* de Enrico Cerulli (1949), e exploram as possíveis vias de transmissão cultural entre o mundo islâmico e o Ocidente medieval, não para diluir a originalidade de Dante, mas para compreender com maior profundidade a complexidade da sua obra.

É o caso do estudo de Helmi Ibrahim Nasr, nascido no Egito e naturalizado brasileiro, que teve um papel determinante na criação da Secção de Estudos Orientais da Universidade de São Paulo e foi o tradutor para português da versão oficial do Alcorão reconhecida pela Liga Islâmica Mundial. O seu artigo, “A escatologia islâmica na *Divina Comédia*” (25-67), sintetiza as investigações de Asín Palacios, revendo-as à luz da literatura árabe medieval e integrando-as num quadro comparatista mais amplo. Em “Maria Corti: a *Commedia* de Dante e o Além-túmulo islâmico” (69-78), Maurizio Capone revê os estudos da filóloga italiana Maria Corti, que estabeleceu um paralelismo entre a obra dantiana e as traduções do *Livro da Escada de Maomé* patrocinadas pelo rei Afonso X, o Sábio. Produzidas no contexto de intercâmbio cultural da Idade Média ibérica, estas traduções tenderiam a confirmar o *Livro da Escada* como uma das fontes privilegiadas da *Divina Comédia*. Por seu turno, em “Dante e o Islão” (79-95), Maria Soresina aborda as principais figuras islâmicas evocadas no poema, entre as quais o próprio Maomé, Saladino, Avicena e o cordovês Averróis — “Averrois, che ‘l gran comento feo” (*Inferno*, IV, v. 144), enquadrando-as num horizonte simbólico e teológico marcado pela ambiguidade entre condenação e reconhecimento intelectual. Sob o título “Influências islâmicas sobre a *Commedia*: uma investigação inconclusa” (97-113), Domenico di Martino apresenta um panorama de conjunto da evolução histórica dos estudos sobre a influência da escatologia islâmica no pensamento de Dante, ao mesmo tempo que Maria do Céu Pinto Arena discute, de maneira mais geral, o impacto do Islão na literatura cristã medieval no artigo “A atualidade da presença islâmica em Dante à luz da dinâmica alterada de cooperação e conflito entre Islão e Ocidente” (115-132).

A segunda parte do livro centra-se na análise das relações de Dante e a *Divina Comédia* com a culturas e a literatura de expressão portuguesa, evidenciando a sua receção, circulação e reelaboração em diversos contextos do espaço lusófono. Em primeiro lugar, o estudo de Maria Cecília Cassini, intitulado “Fontes e rumos da Dantística lusófona” (133-152), avalia a presença de Dante no universo da língua portuguesa, com especial enfoque na literatura

brasileira, possivelmente influenciada pela intensa imigração italiana no país. A investigadora percorre do período neoclássico e do *Ramalhete poético do Parnaso Italiano*, publicado no Rio de Janeiro em 1843 a propósito do casamento do imperador D. Pedro II com a princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon, até às citações ocasionais de Machado de Assis, as versões da *Comédia* de Haroldo de Campos, Jorge Wanderley ou Eugênio Vinci de Moraes, e alguma homenagem poética de Carlos Drummond de Andrade, passando pelo livro *O meu Dante*, editado por Edoardo Bizzarri (1965), entre outros muitos traços da presença de Dante na literatura brasileira. A breve alusão ao rei D. Dinis do canto XIX do *Paraíso* — “E quel di Portogallo e di Norvegia / lì si conosceranno, e quel di Rascia / che male ha visto il conio di Vinegia” (vv. 139-141) — é objeto de dois estudos diferentes. O texto de Afonso Rocha, “Dante, os Templários e D. Dinis à luz de Sampaio (Bruno)” (153-162), analisa a interpretação de Sampaio Bruno (1915) sobre a alusão ao Rei Trovador, relacionando-a com a extinção da Ordem do Templo e a fundação da Ordem de Cristo, enquanto o fragmento extraído de *Portugal: Razão e Mistério*, de António Quadros, sob o título “A Ordem de Cristo como redenção de *Quel di Portogallo*” (163-174), desenvolve a leitura de Bruno, oferecendo uma perspetiva mais abrangente sobre o contexto político e religioso da época. Para Quadros, uma noção superficial dos acontecimentos na Península Ibérica levou o poeta a emitir um comentário crítico sobre o rei português, quando, na realidade, “ao transpor de um pensamento [...] para a acção fundadora da nova Milícia de Cristo, [...] servindo simultaneamente não só um ideal religioso e ecuménico, mas também a acção da Coroa portuguesa, D. Dinis veiculava, implicitamente, o ideal da *Monarquia* segundo Dante” (174).

Em “A Divina Comédia e *Petrus Alfonsi Hispanus O.P.*: outro português notável na Idade Média?” (175-212), Fernanda Mendes propõe uma leitura inovadora: o Pedro Hispano mencionado por Dante no canto XII do *Paraíso* — “Pietro Spano, / lo qual giù luce in dodici libelli” (v. 134) — não seria o papa português João XXI, como tradicionalmente tem sido aceite pela crítica, mas sim um frade dominicano pouco conhecido, Pedro Afonso, o autor dos “doze livrinhos” do *Tractatus* ou *Summulae Logicales*, que em 1245 teria atuado como testemunha do juramento solene do futuro rei D. Afonso III de Portugal. Esta hipótese, apoiada numa meticulosa pesquisa documental, acrescenta uma dimensão inédita à interpretação das referências portuguesas na *Comédia*. Por fim, o posfácio de Fabrizio Boscaglia (213-218) recolhe alguns dados sobre a receção do Islão na obra de Fernando Pessoa e demonstra que a leitura da *Divina Comédia* pelo poeta português, evidenciada pelas anotações feitas nos exemplares conservados na sua biblioteca (três edições

do poema, em italiano, inglês e francês), contribuiu para a construção de um diálogo simbólico com o mundo islâmico, reconhecendo aos filósofos muçulmanos “um imprescindível papel de transmissores da própria cultura grega na Europa medieval” (215).

Em termos críticos, importa salientar que o livro *Dante e Portugal* não pretende oferecer respostas definitivas sobre a influência portuguesa (ou ibero-islâmica) na *Divina Comédia* ou sobre a marca de Dante na literatura de língua portuguesa, talvez menos perceptível do que a de Petrarca. O seu objetivo é, antes, abrir novas linhas de investigação e suscitar questões que convidem a repensar a obra dantesca a partir de perspetivas menos tradicionais — e não sempre frequentes no âmbito lusófono —, que enriquecem a compreensão da sua complexidade e do seu alcance universal. Os ensaios recolhidos mostram-se acessíveis a um público especializado alargado, que inclui não apenas dantistas, mas também investigadores dedicados à literatura medieval, aos estudos ibéricos e à história cultural europeia. Esta acessibilidade reforça o valor do volume curado por Fernanda Pereira Mendes como instrumento de diálogo interdisciplinar e ponto de encontro entre diferentes tradições, que favorecerá a consolidação de uma abordagem comparatista e transnacional da obra de Dante.

Hugo Gonçalves, *Filho do Pai*. Companhia das Letras, 2025, 235 pp.

José Vieira

CLEPUL

Universidade de Lisboa

jose-cvieira@outlook.pt

orcid.org/0000-0003-2117-9575

Não podemos escapar à memória que temos nem à memória que somos. É ela quem nos define e quem permite, malgrado os amargos de boca, compreender quem fomos, quem somos e quem queremos ou poderemos ser. A memória é um líquido amniótico poderoso. Marcantes e decisivas, as memórias estão intimamente ligadas à nossa identidade e nem a neurociência consegue explicar cabalmente por que razão recordamos umas em detrimento de outras, à exceção da sua carga emocional, como bem expõe Ivan Izquierdo (2010: 36). O mesmo seria corroborado por António Damásio em *O Sentimento de Si. Corpo, Emoção e Consciência*: “As memórias que constituem os nossos arquivos autobiográficos, (...) talvez sejam ainda mais obscuras que quaisquer outras devido à sua carga altamente emocional.” (2013: 273)

Em *Filho do Pai*, romance autoficcional de Hugo Gonçalves, o autor regressa a este género ou subgénero literário, encerrando assim o díptico começado com *Filho da Mãe* (2019). O livro encontra-se dividido em três secções que correspondem, *grosso modo*, a três momentos complementares: o primeiro, “Certidão de Nascimento”; o segundo, “A vida e a morte do corpo de um homem”; o terceiro, “A Terra gira sempre”.

Enquadrando-se no campo das narrativas da escrita do eu e, desta feita, no domínio da autoficção, o romance de Hugo Gonçalves não cai em sentimentalismos ou lirismos exacerbados, rejeitando, assim, o pendor *voyeurista* e quase condescendente da sociedade digital que tudo observa. *Filho do Pai* – assim como *Filho da Mãe* – é uma autoficção biográfica, na medida em que o autor é o protagonista da narrativa e é sobre ele que se desenrola a história, recorrendo a factos reais, a datas, lugares e nomes de pessoas, podendo até verificar a sua verosimilhança. Contudo, a história é contada de uma forma romanesca, de modo a tornar a leitura mais interessante. O livro de Gonçalves é também um objeto híbrido, tendo em consideração que conjuga a escrita autoficcional e romanesca com entradas de um diário em que regista apontamentos do seu quotidiano. É curioso notar, no entanto, que após o nascimento do filho, a 28 de junho de 2021, as entradas diarísticas deixam de surgir datadas, o que leva a duas reflexões possíveis: 1)

registar as datas axiais como forma de lhes atribuir um maior peso simbólico e existencial, do texto para a vida e da vida para o texto; 2) dizer ao leitor que a partir daquele momento, as datas não serão tão importantes para a organização mental do livro, o que faz sentido, uma vez que as narrativas autoficcionais – em particular as biográficas – não têm como propósito criar um arco narrativo cronologicamente ordenado e harmonioso, permitindo, assim, intromissões do tempo presente e memórias intermitentes e ainda suposições acerca do futuro. Isso acontece assiduamente nesta obra de Hugo Gonçalves, quais apartes ou reflexões metaliterárias que suspendem o ritmo da escrita e tentam equilibrar o balanço e o fôlego de quem se aventura a querer saber mais sobre o passado do pai e do avô – lembremos que, para além de jornalista de profissão e homem viajado pelas sete partidas do mundo, o protagonista irá utilizar os textos memorialísticos de seu pai, José Capote Gonçalves, para robustecer a sua narrativa. Os excertos citados surgem na obra *Os Malandros do Cruzeiro*, publicada pela Textiverso, em 2013.

Além da morte do pai e do processo do luto que, a acreditar no autor, “estava a ser feito havia anos, com ele ainda vivo” (19), o livro aborda temas como a paternidade, a relação com o corpo, a sexualidade, a relação com as mulheres e o que é a masculinidade. Hugo Gonçalves irá ainda evocar uma série de coincidências, qual teoria da sincronicidade de Jung, para tentar criar um sentido para tudo o que acontece consigo, para além de questionar datas, momentos e idades, fazendo ligações entre o avô, o pai e si próprio, unindo-os fios invisíveis que adquirem no texto literário um significado outro. Se o “sol doira sem literatura”, como diz Pessoa, não é menos verdade afirmar que a literatura autoficcional pode ser um poderoso mecanismo de uma possível reconciliação interior com poderes terapêuticos. É o que lemos na entrada de 6 de fevereiro de 2021: “É a terceira vez – depois do avô e do tio – que o teu irmão te dá a pior das notícias. «O pai morreu esta noite»” (73); “Pensas que o teu pai morreu de noite, como a tua mãe” (74); “Nunca serei filho e pai ao mesmo tempo.” (76); “O meu pai foi a enterrar duas horas depois da ecografia morfológica do meu filho” (85); “Olhando para trás, percebo que, tal como o meu pai na sua juventude, era minha condição andar pela vida encharcado de competitividade e fome de independência, com arrebatamentos sexuais e apetite pelo risco” (90); “Também eu era um emigrante português, como tinham sido o meu pai e o meu avô, um portador dessa ambiguidade que nos leva a sair de um sitio aonde queremos voltar” (145); ou, por fim, “eu era o meu pai ao volante, o meu filho, o menino que eu fui no banco traseiro de um *Datsun* com jantes especiais.” (225)

A memória inaugura o romance, sendo também, de forma circular, a chave que porá termo à narrativa: a imagem do pai a correr atrás do filho, num

rochedo do Cabo da Roca. “Lembramos para encontrar sentido no que não conseguimos esquecer.” (12) Todavia, e consciente de que a sua não é uma narrativa autobiográfica *stricto sensu*, o protagonista rapidamente exorta o leitor para o seguinte: “Escrever para dar meia-volta nos becos sem saída. Escrever para viver outra vez e, assim, adiar o esquecimento. Há muito tempo estava seguro de que escreveria um livro sobre o meu pai, sobre ser filho do meu pai.” (44) Tal facto coloca em evidência a noção exata do processo de escrita como criação de uma verdade que parte do texto para a vida, o que se coaduna, *with flying colours*, com a lógica autoficcional.

Em *Filho do Pai*, Hugo Gonçalves faz incidir a escrita e o seu propósito na relação atribulada que manteve com o progenitor, sem lirismos desnecessários ou sentimentalismos ultrarromânticos. Por essa razão, o autoquestionamento é uma constante ao longo do livro, qual *intermezzo* que permite fazer contas ou o balanço do que até então havia sido escrito e lembrado e, por isso, vivido: “(Se quero que este seja um relato honesto, sobre a relação entre um pai e um filho, porque partilho uma das suas poucas mensagens ternas e não consigo transcrever os insultos do manancial armazenado na minha caixa de *email*? Por vergonha? Porque ele não se pode defender? Porque isto não é um ajuste de contas? Porque a escrita pode desmascarar-nos até ao osso, mas não deve ser palco de exibicionistas ou pornografia sentimental? Porque escrevo sobre a sua morte e, na morte, fica o pai do amor? Porque, tão perto do fim, regressamos sempre ao princípio, onde o pai feliz pega no seu filho ao colo pela primeira vez?” (70) Como em toda a literatura, a boa literatura, a verdadeira literatura, a resposta não é cabal, tão-pouco definitiva, levando, isso sim, a mais perguntas e dúvidas: “Que acho de ter um pai que não queria que eu fosse escritor e que, anos mais tarde, não só começou a escrever (...) como me pediu para entregar um dos seus livros a um realizador de cinema, meu conhecido, para adaptação? Que dizer de um pai que afirma ter orgulho dos meus livros, os mesmos que usa como prova do meu mau carácter? Sinceramente, não sei” (220).

Assim como em *Filho da Mãe*, as referências intertextuais são várias e ultrapassam o campo da literatura, abordando a psicologia, a biologia e os estudos sociais. Destaco ainda a influência da escrita de Karl Ove Knausgård em *A minha Luta – a morte do pai*, não só pelo temário abordado, mas sobretudo pela forma de encarar o assunto, sem condescendências, ao jeito de um cientista que tudo observa e relata, da mesma forma que Agustina diria encarar a escrita como um processo científico, como dissecar uma rã. Algo cruel mas necessário, afirma a autora de *Os Incuráveis*. É o que encontramos em ambos os escritores que, embora afastados em termos geracionais e geográficos, parecem comungar no seguinte, para além do já exposto:

“escrever é retirar da sombra aquilo que sabemos. Escrever é isso. Não o que acontece aqui e acolá, não que eventos aconteceram aqui e acolá, mas sim o *próprio aqui e acolá* (Knausgård 2014: 168). Não por acaso, ambos têm formação humanística e são dotados de um “nariz” para a literatura, tal como afirma Compagnon em *Literatura, o bem que paga!*

Sem condescendências e muito menos sentimentalismos, o autor constrói uma narrativa superiormente bem escrita, lúcida e poeticamente tocante, jamais caindo no facilitismo ou na autocomiseração. A narrativa autoficcional realiza-se assim, de forma exemplar, quando criada sem pudor e sem receio de revisitar o passado aos olhos do presente, de abraçar o sofrimento e de não o banalizar ou legitimar como adereço ou flor de lapela. No fundo e no fim, Hugo Gonçalves bebe por inteiro aquilo que Hemingway escreveu em 28 de maio de 1934 a Fitzgerald: “Esquece a tua tragédia pessoal. Nós estamos todos fodidos desde o começo e tu em especial tens de sofrer para ser um escritor a sério. Mas quando estiveres a sofrer, usa o sofrimento – não faças batota. Sê-lhe fiel como um cientista – mas não penses que uma coisa é importante porque aconteceu contigo ou com os teus” (Hemingway 1981: 408, tradução minha).

Referências

- Damásio, António (2013). *O Sentimento de Si. Corpo, Emoção e Consciência*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Hemingway, Ernest (1981). *Ernest Hemingway, selected letters, 1917-1961*. Edited by Carlos Baker. New York: Charles Scribner's Sons.
- Izquierdo, Iván (2010). *A Arte de Esquecer. Cérebro e Memórias*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.
- Knausgård, Karl Ove (2014). *A Minha Luta: 1. A Morte do Pai*. Tradução de João Reis. Lisboa: Relógio D'Água.

Tente Garrido, *Peonías en el lecho del fauno*. Traducido a Fala (Velverdeiru) por Alicia Manso Flores. Prólogo de Mario Obrero. Gijón, BajAmar editores, 2025, 93 pp.

Juan M. Carrasco González
 Universidad de Extremadura
 jcarrasc@unex.es
 orcid.org/0000-0002-2097-4553

Tente Garrido, docente en Valverde del Fresno, aunque nacido en Plasencia, nos regala una colección de poemas escritos con buen oficio y mucha aprensión del alma, donde deja frecuentemente que se muestre el paisaje de fondo de los *tres lugares*. En la expresión de su quehacer poético ('Noche tras noche'), labor que sitúa, cual oficio de tinieblas, en la concentrada soledad de las horas en las que el valle descansa, un momento que puede confundirse con otras pasiones propias del lecho de un fauno, Tente Garrido es un paradigma del sentimiento trágico de la vida unamuniano. De esta forma, los prados de peonías son así descritos: "De ceniza caliente, / de tierra húmeda, / latente, / de curvas y encrucijadas, / de luto y plañideras / está repleto este limbo / oscuro e insurgente". Pasión, tierras de Valverde e insurgencia (actitud que adopta ante la sociedad) son algunos de los elementos que vertebran este cancionero. Otro ejemplo: la frontera ('Raia') parece evocar, bajo la luna, los peligros del contrabando y la vida sufrida de los campos: "Caballos desbocados / bajo la luna llena. / Disparos que retumban / entre la niebla. / Se muelen las penas / con grano amargo, / engrasa el aceite las despensas". La tarde, por su parte, cae en la 'Sierra de Gata' "furtiva que baila / y salta entre las zarzas / y se pincha y sangra y grita y se lava / en la charca oscura la cara, / y persigue sombras / entre las encinas quemadas".

Los versos de Tente Garrido son de una eficacia poética extraordinaria. Proporcionan una potente evocación de su pensamiento y una precisa imagen del entorno exterior tamizada por su propio estado de ánimo y por la vivencia fundamental del amor. La fuerza de la expresión, elevándose a veces hacia lo sublime o hacia el abismo de tradición romántica, es sometida de vez en cuando por el autor a una disonancia, un golpe inarmónico que parece música barroca o simplemente efecto de la ironía, con lo cual pone al lector con los pies en el suelo. Por ejemplo, en 'Rivera de Sabugal', "rebaba donde derrapaba / el barco de Vicky el Vikingo" y "el espacio franco que va del arroyo a tus tetas". O bien, en 'Primavera': "Tararea el agua / en una débil cascada / una coplilla desafinada. / El musgo se va secando. / Las golondrinas llenan / el alféizar de cagadas".

Los poemas del libro no son meras cancioncillas de amor y paisaje. Son composiciones muy trabajadas conceptualmente, bien elaboradas técnicamente y que exigen que el lector sea un buen lector de poesía, esforzado y concienzudo. Estamos de enhorabuena por la publicación de esta obra.

Sin embargo, esta breve reseña se justifica, en *Limite*, no solo por la relación con la tierra de *a fala*, sino porque todo el poemario ha sido traducido a la variedad valverdeira por Alicia Manso Flores, nuestra colega de la Facultad de Filosofía y Letras de Cáceres. La traducción enriquece la producción de literatura en fala, tan falta de ella. Quien ha tenido la suerte de oír la peculiar entonación de la fala, tan distinta en cada *luga*, quien se ha dejado mecer por su música, puede apreciar el buen trabajo de la traductora y la valiosa contribución a aquella lengua minoritaria. Son las voces que podemos escuchar ahora en valverdeiru como estas de una estrofa de ‘Tra (ns) ición’, último poema del libro: “Porque esi murmurar ya nun repta, / tampocu trepa, / esi murmurar ya nun será murmurar, / será a vó de mil vocis, / serán as vocis du tempu. / Arrancás, desenraizás. / As vocis que calaran, / as que nós olvidimus. / As vocis que han esperau / tantos anos u sei momento”.

Este es el cuarto libro de poesía de Tente Garrido, tras *Glory hole* (2021), *Temperamentos básicos* (2022) y *Santuarios* (2025). Sus poemas también han aparecido en antologías, revistas y fanzines, además de ser letrista del grupo musical Antikracia. Es ya una obra muy sólida y madura que se enriquece ahora con una contribución en dos lenguas que a los especialistas (y no solo a los lectores de poesía) nos interesa muy especialmente.